



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

**A VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES EM SERVIÇOS PRESENCIAIS
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**

MARIA ALICE BARBOSA DA SILVA

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA
NÚCLEO DE SAÚDE COLETIVA

MARIA ALICE BARBOSA DA SILVA

**A VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES EM SERVIÇOS PRESENCIAIS
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**

TCC apresentado ao Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.
Orientadora: Dra. Petra Oliveira Duarte.

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Maria Alice Barbosa da.

A vulnerabilidade de trabalhadores em serviços presenciais durante a
pandemia de covid-19 no Brasil / Maria Alice Barbosa da Silva. - Vitória de
Santo Antão, 2022.

41

Orientador(a): Petra Oliveira Duarte

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Saúde Coletiva - Bacharelado,
2022.

1. covid-19. 2. trabalhador. 3. desigualdade social. I. Duarte, Petra Oliveira.
(Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

**A VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES EM SERVIÇOS PRESENCIAIS
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**

**TCC apresentado ao Curso de
Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal
de Pernambuco, Centro Acadêmico de
Vitória, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Saúde Coletiva.**

Aprovado em: 13/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dra. Petra Oliveira Duarte (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Jose Marcos da Silva (Examinador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Ms. Jorgiana de Oliveira Mangueira (Examinadora)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me guiado durante a minha graduação, sou imensamente grata a minha família por estarem comigo em todos os momentos me apoiando e me aconselhando.

Agradeço aos meus colegas de curso por todas as experiências e trocas de conhecimentos e por toda ajuda em momentos de dúvidas e apoio durante a graduação.

Sou imensamente grata à minha orientadora Petra Oliveira Duarte pela cuidadosa e carinhosa orientação, que sempre esteve atenta e presente na elaboração de todas as etapas da produção deste estudo, me auxiliando em meus questionamentos e trazendo sugestões importantes.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A COVID-19 é um grave problema de saúde pública, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que possui um elevado grau de transmissibilidade, e se expressa em células pulmonares humanas, causando infecção respiratória, os sintomas são classificados em assintomático, leve, moderado, grave e agudo, podendo causar a morte. O novo coronavírus têm afetado todas as camadas sociais, sendo a classe mais pobre afetada com maior intensidade. As medidas de contenção da doença são o uso de vacinas e máscaras, higienização de mãos e o distanciamento físico. Todavia, o distanciamento físico não é uma medida compatível com a realidade dos trabalhadores em serviço presencial, principalmente para aqueles que executam seus ofícios sem carteira assinada, e em condições deletérias. Nesse sentido, os trabalhadores desprovidos socioeconomicamente e que possuem vínculos empregatícios frágeis estão mais suscetíveis ao adoecimento pela COVID-19. **OBJETIVO:** Discutir a vulnerabilidade de trabalhadores em serviços presenciais durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo realizado por meio de uma Revisão Integrativa, cuja pergunta de pesquisa é : “**Quais as principais condições de vulnerabilidade de trabalhadores em trabalho presencial durante a pandemia de COVID-19 no Brasil?**”, o levantamento de estudos que contemplam a pergunta norteadora foi realizado pelo Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores retirados da lista de Descritores em Ciência da Saúde (DeCS/MeSH): “COVID-19” (AND) “Trabalhador”, COVID-19” (AND) “Trabalhador” (AND) “Desigualdade social”, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos *on-line* publicados no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022. Como critério de exclusão: os produtos acadêmicos classificados como resenhas, pesquisas relacionadas a trabalhadores que exercem suas funções em home office e com enfoque na categoria profissionais de saúde. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** A partir da análise dos 16 artigos selecionados foi possível identificar que os vínculos empregatícios frágeis e condições de trabalho degradantes, somados às vulnerabilidades sanitárias, econômica e social, e a desproteção dos direitos trabalhistas são grandes fatores que contribuem para a contaminação pelo SARS-CoV-2, sendo mais afetada a população negra, pois grande parte vive em debilidade socioeconômica e constituem boa parte dos vínculos empregatícios precários. **CONCLUSÃO:** Infere-se que aspectos socioeconômicos e sanitários são fatores determinantes para o adoecimento pelo novo coronavírus, principalmente no caso dos trabalhadores que realizam presencialmente seu mister, com isso, é indispensável ações do governo e políticas públicas que atuem na proteção social, à saúde, e dos direitos laborativos a fim de reduzir as iniquidades.

Palavras-chave: COVID-19, trabalhador, desigualdade social.

ABSTRACT

INTRODUCTION: COVID-19 is a serious public health problem, caused by the SARS-CoV-2 virus, which has a high degree of transmissibility, and is expressed in human lung cells, causing respiratory infection, symptoms are classified as asymptomatic, mild, moderate, severe and acute, and may cause death. The new coronavirus has affected all social strata, with the poorest class affected most intensely. The measures to contain the disease are the use of vaccines and masks, hand hygiene and physical distance. However, physical distancing is not a measure compatible with the reality of workers in face-to-face service, especially for those who perform their jobs without a formal contract, and in deleterious conditions. In this sense, workers who are socioeconomically deprived and who have fragile employment relationships are more susceptible to illness from COVID-19. **OBJECTIVE:** To discuss the vulnerability of workers in face-to-face services during the COVID-19 pandemic

in Brazil. **METHODOLOGY:** This is a study carried out through an Integrative Review, whose research question is: "What are the main conditions of vulnerability of workers in face-to-face work during the COVID-19 pandemic in Brazil?" the survey of studies that contemplate the guiding question was carried out by the Portal of Periodicals of CAPES, using the descriptors taken from the list of Descriptors in Health Science (DeCS/MeSH): "COVID-19" (AND) "Worker", COVID-19 19" (AND) "Worker" (AND) "Social inequality", the following inclusion criteria were established: online scientific articles published from January 1, 2021 to January 31, 2022. As an exclusion criterion: academic products classified as reviews, research related to workers who work from home and focusing on the health professional's category. **RESULTS and DISCUSSION:** Based on the analysis of the 16 selected articles, it was possible to identify that fragile employment relationships and degrading working conditions, in addition to health, economic and social vulnerabilities, and the lack of protection of labor rights, are major factors that contribute to contamination by the SARS-CoV-2, the black population is most affected, as a large part lives in socioeconomic weakness and constitutes a good part of precarious employment relationships. **CONCLUSION:** It is inferred that socioeconomic and health aspects are determining factors for illness by the new coronavirus, especially in the case of workers who carry out their work in person, with this, government actions and public policies that act in social protection, health, and labor rights in order to reduce inequities.

Keywords: COVID-19, Worker, Social inequality

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
3 OBJETIVOS	14
4 METODOLOGIA	15
5. RESULTADOS	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7 REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19 é causada pelo vírus denominado SARS-CoV-2, pertencente ao subgênero Sarbec Vírus da família Coronaviridae, sua descoberta foi em dezembro de 2019, a partir de amostras de lavado broncoalveolar obtidas por meio de pacientes com pneumonia com causa desconhecida na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei na China. Os coronavírus são uma grande família de vírus que normalmente infectam diferentes espécies de animais, incluindo o homem, camelos, gado, gatos e morcegos (BRASIL, 2021) cujo material genético apresenta RNA de fita simples positiva, envolto por uma cápsula lipoproteica, possuindo nesta estrutura a proteína SPIKE, ou proteína S, que se liga a enzima de conversão de angiotensina tipo 2, é comumente expressa em células pulmonares humana, causando infecção respiratória (NOGUEIRA; SILVA, 2020).

O vírus possui um elevado potencial de transmissibilidade e distribuição apresentando um espectro clínico onde as infecções podem ser assintomáticas ou graves. Os sintomas da COVID-19 podem variar entre um resfriado, a uma Síndrome Gripal-SG (presença de um quadro respiratório agudo, caracterizado por, pelo menos dois dos seguintes sintomas: sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza) até uma pneumonia severa, e pode ser transmitida por toque do aperto de mão contaminadas, gotículas de saliva, espirro, tosse, objetos ou superfícies contaminadas (BRASIL, 2021).

No Brasil, a primeira notificação de caso confirmado pela COVID-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro óbito ocorreu dia 12 de março (BRASIL, 2021). Em 01 de maio de 2022 foram confirmados 30.448.236 casos confirmados e 663.497 óbitos, e 510.270.667 casos e 6.233.526 óbitos globais por COVID-19 (PERNAMBUCO, 2022), evidenciando a gravidade da doença e o perigo para os indivíduos expostos. O Editorial da *The Lancet Public Health*, em maio de 2022, aponta uma estimativa de que até dezembro de 2021 o número de óbitos por COVID-19 no mundo chegou a 18,2 milhões, cerca de três vezes o registro oficial (THE LANCET PUBLIC HEALTH, 2022).

Desde março de 2020, a pandemia de COVID-19 vem sendo um grave problema de saúde pública em nível mundial, e impacta todas as classes sociais, mas não demorou a demonstrar que a classe pobre é afetada com maior intensidade, por compor grande parte dos serviços considerados essenciais, viver em fragilidade socioeconômica, e necessitar executar suas atividades laborais presencialmente para sobreviver estando dessa forma, impossibilitada de cumprir o isolamento físico (MCGRAIL; MORGAN; SIDDIJI, 2022).

A população negra e pobre é um grupo bastante fragilizado por possuir vínculos empregatícios frágeis, ou informais, sendo as mulheres negras de baixa renda mais vulneráveis por integrar setores econômicos historicamente desregulamentados (SANTOS *et al.*, 2020). Um estudo em Toronto, Canadá, ainda em 2020, apontou que as taxas de casos e internações entre latinos e negros era de 6 a 11 vezes a taxa entre brancos (MCKENZIE, 2021). Posto isto, este estudo objetiva responder a seguinte pergunta: “Quais as principais condições de vulnerabilidade dos trabalhadores em serviços presenciais durante a pandemia de COVID-19 no Brasil?”

Tendo em vista a exposição dos trabalhadores que não puderam aderir ao confinamento na pandemia da COVID-19, por necessitarem executar presencialmente seus ofícios, a escolha desse tema se baseia na necessidade de descrever as vulnerabilidades sociais relacionadas à transmissão do vírus SARS-CoV-2, para estimular reflexões e debates acerca da temática deste estudo, e para além disso, auxiliar os gestores de saúde a definir estratégias assertivas que visem atender a segurança dos profissionais e viabilizar o afastamento físico em grupos vulneráveis na pandemia da COVID-19.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Aspectos Clínicos da COVID-19

Os casos confirmados de COVID-19 podem ser classificados em: assintomático, leve, moderado, grave e crítico. O caso assintomático é caracterizado por teste laboratorial positivo para COVID-19 e ausência de sintomas; O caso leve os sintomas podem ser tosse, dor de garganta e coriza, diarreia, dor abdominal, febre, calafrios, mialgia, fadiga e/ou cefaleia; No caso moderado os sintomas mais frequentes podem ser tosse persistente e febre diária e sinais de piora progressiva de outro sintoma relacionado à COVID-19 (adinamia, prostração, hiporexia, diarreia); Em casos graves, é frequente a Síndrome Aguda Respiratória Grave (SRAG), Síndrome Gripal com dispneia/desconforto respiratório ou pressão persistente no tórax ou saturação de oxigênio menor que 95% em ar ambiente ou coloração azulada de lábios ou rosto, hipoxemia, lesão miocárdica, disfunção da coagulação, alteração da consciência; E, no caso crítico, os sintomas principais são disfunção de múltiplos órgãos, pneumonia grave, síndrome do desconforto respiratório agudo, sepse e insuficiência respiratória grave (BRASIL, 2021a).

Ainda que, a maioria das pessoas contaminadas desenvolvam sintomas leves (40%) ou moderados (40%), cerca de 15% podem apresentar sintomas graves e aproximadamente 5% podem desenvolver a doença de forma crítica, manifestando complicações como a falência respiratória, tromboembolismo e/ou falência múltipla de órgãos, para mais, o novo coronavírus pode estar frequentemente associado a manifestações mentais e neurológicas, incluindo ansiedade, depressão, agitação, delírio, acidente vascular cerebral e meningoencefalite, (BRASIL, 2021a).

Diante disso, em todos os casos de COVID-19, é necessário o uso de vacinas e máscaras, higienização de mãos, manter os ambientes bem ventilados, evitar aglomerações e ter atenção especial aos sinais e sintomas que apontam piora do quadro clínico exigindo a hospitalização do paciente (BRASIL, 2021a), os idosos e portadores de comorbidades, como problemas cardíacos e do pulmão, diabetes, câncer e hipertensão, apresentam um risco maior de desenvolverem sintomas mais graves (SAÚDE, 2020).

2.2 Dados Epidemiológicos do início da pandemia da COVID-19 em Wuhan (China) e início da pandemia no Brasil

No Brasil, em 2020, a ficha de notificação da COVID-19 (E-SUSVEp) inicialmente especificava apenas os profissionais da saúde, e sim ou não para os casos notificados, sem documentar a profissão. Após discussões entre pesquisadores e atores da Saúde do Trabalhador, no mesmo ano a ficha passou uma atualização permitindo o registro da variável ocupação do caso, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), porém, ainda permanece o sub registro da variável nas notificações (SANTOS, *et al* 2020) dificultando a análise do risco e dimensão do impacto do vírus Sars Cov 2 nas ocupações dos trabalhadores.

O artigo de Castro, Siqueira e Perissé (2022) aponta que 90% dos registros de saúde nas bases de dados do SUS estão omissos dos dados ocupacionais. Para os autores, a ausência de dados ocupacionais nos registros de casos, tanto no Brasil como em outros países do mundo, impede uma adequada interpretação do impacto da pandemia de COVID-19 entre trabalhadores, e representa um grande desafio à definição de estratégias de enfrentamento da COVID-19, tanto no que diz respeito ao controle de riscos no ambiente de trabalho, quanto às estratégias de restrição de circulação e isolamento.

Em 2019, em Wuhan (China), onde a pandemia de COVID-19, começou a incidência da doença foi estimada em 41,5 casos por milhão de habitantes na população geral, e 130,5 casos/milhão de habitantes. Um estudo identificou que 14,9% dos casos de COVID-19 em seis países asiáticos estavam possivelmente relacionados ao trabalho, a ocupação com mais casos foi a de trabalhadoras(es) da área da saúde (22%), motoristas e trabalhadoras(es) de transporte (18%), trabalhadoras(es) de serviços e vendedores (18%), profissionais de limpeza e empregados domésticos (9%) e trabalhadoras(es) de segurança pública (7%). Embora o risco de adoecimento seja maior em profissionais de saúde, o risco de morrer pode ser maior em outras ocupações, uma vez que a letalidade em foi de 1,4% em agricultores, 0,7 % em industriários, e 0,3% para profissionais da saúde (CHINESE CDC 2020, *apud* SANTOS et al., 2020).

No Brasil, apesar da fragilidade dos registros a análise do SIVEP-Gripe em junho de 2020 permitiu uma descrição preliminar dos casos de COVID-19 entre trabalhadoras(es), com exceção dos trabalhadores da Saúde, alguns grandes grupos se destacaram, são eles: trabalhadoras(es) dos serviços e comércio com 20,2% (525), trabalhadoras(es) da indústria com 18,7% (488). Técnicas(os) de nível médio e trabalhadoras(es) da agropecuária também se

destacaram, na ordem de grandes grupos com maior frequência de notificações da SRAG por COVID-19 (SANTOS *et al.*, 2020).

2.3 Medidas de Controle e Transmissão do Vírus Sars CoV-2

As estratégias para controlar o vírus Sars CoV 2 e sua transmissão se baseiam em medidas não-farmacológicas de monitoramento de caso, e restrição de circulação de pessoas e isolamento físico em vários níveis, desde a limitação do número de pessoas por ambiente até a restrição total, o *lockdown*, com ou sem paralisação temporária das atividades econômicas. Além disso, prevê o uso de máscaras, álcool 70% e vacinas. Em 2020, uma pesquisa realizada pela ISP-Brasil com mais de três mil trabalhadores(as) de serviços essenciais no Brasil, durante a pandemia de COVID-19, apontou que 64% dos profissionais informaram não possuir equipamentos de proteção individual suficientes em seu ambiente de trabalho e 11% afirmaram não possuir nenhum equipamento de proteção. Ademais, a falta de treinamento tem impactado diretamente na proteção individual, muitos trabalhadores que não são da área da saúde não possuem conhecimento adequado sobre os riscos do adoecimento e como se protegerem, 78% dos entrevistados afirmaram não ter recebido capacitação para executar suas atividades com segurança, evidenciando a facilidade em contrair a doença devido à falta de conhecimento e EPIs (BRASIL, 2020c).

2.4 Contexto da Pandemia de COVID-19 no setor trabalhista

No cenário atual, além das atividades dos profissionais de saúde, há diversos trabalhadores que não podem aderir ao isolamento físico ou trabalhar em *home office*, pois necessitam de seus salários para custear as suas despesas pessoais e não possuem ajuda do governo para que possam aderir ao confinamento, segundo Calmon (2020) grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil habitam nas periferias, e vivem em situações empregatícias frágeis, fazendo com que a negociação com os patrões não seja uma possibilidade.

Além disso, há diversos trabalhadores que estão impossibilitados de cumprir o distanciamento físico por seus serviços comporem a lista de serviços essenciais determinados pelo governo Federal por meio do decreto N° 10.282, de 20 de março de 2020, cujos serviços são indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis, que se não atendidos colocam

em risco a sobrevivência e a segurança da população, como exemplo dessas atividades é possível destacar serviços que abrangem atividades de segurança pública e privada, trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros, serviços funerários, atividades de comércio de bens e serviços, oficinas e assistências técnicas em geral. (BRASIL, 2020).

Ademais, o novo coronavírus chegou ao Brasil em um cenário onde os trabalhadores acumulam perdas em seus direitos trabalhistas, tendo como um dos marcos a reforma trabalhista, que se materializa na Lei 13.467, de julho de 2017 (GALVÃO et al, 2019). Desse modo, a pandemia de COVID-19 e suas repercussões sanitárias, sociais e econômicas intensificam a fragilidade econômica e contribui para desregulamentação do trabalho, uma vez que, muitos trabalhadores se submetem a condições desfavoráveis para manter sua renda e sobreviver a crise econômica agravada pela pandemia de COVID-19, o que contribui para uma maior exposição e maior risco, devido a desproteção social inviabilizar a adoção do distanciamento social

3 OBJETIVOS

Objetivo Geral: Discutir a vulnerabilidade de trabalhadores em serviços presenciais durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.

Objetivos Específicos:

- Descrever as condições de vulnerabilidades relacionadas à transmissão da COVID-19;
- Analisar os desdobramentos sociais e econômicos relacionados à pandemia de COVID-19;

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo realizado por meio de uma Revisão Integrativa, pois este método possibilita a descrição do tema abordado por permitir a síntese de informações sobre o tema, a definição do problema clínico, e identificação de informações relevantes, através da busca de estudos na literatura de forma crítica, identificando a aplicabilidade dos dados (SOUZA et al, 2010). As Revisões Sistemática e Narrativa não contemplam o estudo realizado, a primeira por se tratar de um método rígido para seu desenvolvimento, e por ser indicada quando o tema da pesquisa é controverso, ou para indicar a terapêutica em grupos clínicos. A segunda por incluir um processo simplificado de revisar a literatura, tendo a questão de pesquisa ampla ou pouco específica, sem apresentar um rigor metodológico estando sujeita a vieses (CASARIN et al, 2020).

4.2 Plano de Levantamento de Dados

Para responder à pergunta de pesquisa “**Quais as principais condições de vulnerabilidade de trabalhadores em trabalho presencial durante a pandemia de COVID-19 no Brasil?**” Foi realizado um levantamento de estudos que abrangem a temática por meio do Portal de Periódicos da CAPES, que integra diversas bases de acervo acadêmico. Foi utilizado o acesso CAFe UFPE e, para a seleção, foram adotados critérios de inclusão e exclusão.

Foram atribuídos como critérios exclusão os produtos acadêmicos classificados como resenhas, pesquisas relacionadas a trabalhadores que exercem suas funções em home office e com enfoque na categoria profissionais de saúde. Para a inclusão, foram considerados artigos científicos *on-line* publicados no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022. Para essa finalidade, adotou-se como filtro: 1) Disponibilidade: recursos online, 2) Tipo de Recurso: Seleção de artigos e exclusão de resenhas.

Para a pesquisa, foi utilizada a estratégia de busca avançada com o auxílio do operador booleano (AND), associando os descritores retirados da lista de Descritores em Ciência da Saúde (DeCS/MeSH): “COVID-19” (AND) “Trabalhador”, COVID-19” (AND) “Trabalhador” (AND) “Desigualdade social”, selecionando os estudos que abordavam as

vulnerabilidades sanitárias e socioeconômicas dos trabalhadores que realizam suas funções laborais presencialmente.

Para evitar vieses, não foram contempladas neste estudo pesquisas com enfoque na categoria trabalhadores em *home office* e profissionais de saúde, a primeira por não estarem expostos ao vírus Sars CoV-2 em suas atividades laborais, a segunda por apresentar um nível de exposição diferente das demais classes trabalhadoras, muitos por lidarem diretamente com pessoas diagnosticadas com Covid, acredita-se que estudos sobre a exposição dos profissionais de saúde devem ser aprofundados em outros estudos. Para mais, este estudo priorizou descrever as vulnerabilidades em categorias profissionais invisibilizadas pela sociedade.

4.3 Plano de Análise de Dados

Após a pesquisa inicial, visando a organização do material coletado dos estudos incluídos na revisão, foi atribuída como instrumento extração uma matriz contendo caracterização de cada artigo: Autores, ano de publicação, ocupações estudadas, objetivos, local do estudo, metodologia empregada, as principais conclusões (Quadro 01).

QUADRO 01– Matriz de Extração

Nome do autor e título do artigo	Ocupações estudadas	Objetivos	Tipo de Estudo	Conclusões	Recomendações

Fonte: elaborado pela autora

Após a extração dos dados de caracterização de cada artigo, foi realizada a sintetização dos principais achados da literatura a respeito do tema, levando em consideração pontos relevantes conforme o objetivo da pesquisa, descrevendo os perigos de adoecimento por COVID-19 em trabalhadores que prestam serviços presenciais no Brasil, analisando aspectos sociais e econômicos relacionados à exposição do trabalhador ao vírus Sars-CoV-2 (Quadro 02).

QUADRO 02– Matriz de Extração de Evidências

Categorias Pré-Definidas					
Título do Artigo/	Risco para o Trabalhador	Contexto do trabalho	Perfil dos trabalhadores	Relação entre vulnerabilidade	Outras questões

Autores/Ano	em função da Pandemia	durante a pandemia	s mais vulneráveis	de social e adoecimento	

Fonte: elaborado pela autora

4.4 Período do Estudo

Janeiro de 2022 a maio de 2022

4.5 Aspectos Éticos

Por se tratar de uma Revisão Integrativa, não se faz necessário a submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa para o desenvolvimento desse estudo, conforme a Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016. (BRASIL, 2016).

5. RESULTADOS

Seguindo o plano de levantamento de dados, a busca realizada em 09/03/2022 através da base de dados Periódicos Capes, utilizando os descritores: COVID-19 (AND) Trabalhador, foi possível encontrar 477 resultados, dos quais havia 01 duplicado, 430 estudos foram excluídos por título, 01 língua por estrangeira e 09 por resumo. Restando 36 estudos para a leitura completa do texto, 20 artigos foram excluídos devido o conteúdo não responder à pergunta norteadora, sendo selecionados 16 artigos para a avaliação.

Logo em seguida, aplicando os descritores: COVID-19 (AND) Trabalhador (AND) Desigualdade social, foram obtidos 81 resultados, 77 estudos foram excluídos por título e 04 foram excluídos por repetição pois foram selecionados na busca anterior, dessa forma, os descritores não contemplam o objeto de estudo.

Após as exclusões, foi organizado o banco de referências com 16 artigos para análise.

QUADRO 03 – Etapas Metodológicas

DESCRITORES	FILTROS	SELEÇÃO	EXCLUSÃO	FINAL
COVID-19 (AND) TRABALHADOR	Filtro temporal: De 01/01/2021 a 31/01/2022 Disponibilidade: Recurso Online Tipo de Recurso: Artigos, excluindo resenhas	477	430 - título 09 - resumo 01- repetição 20 - Texto 01 - Língua Estrangeira	16
COVID-19(AND) TRABALHADOR (AND) DESIGUALDAD ES SOCIAIS	Filtro temporal: De 01/01/2021 a 31/01/2022 Disponibilidade: Recurso Online Tipo de Recurso: Artigos, excluindo resenhas	81	77 – título 0 - resumo 4 - repetição 0 – Texto	0

Fonte: elaborado pela autora

5. 1 – Análise descritiva dos artigos

QUADRO 04– Relação dos títulos, ocupações, metodologia e principais achados (continua).

Nome do autor e título do artigo	Ocupações estudadas	Tipo de Estudo	Principais achados
LEVIEN; ROSSKOPF, 2021 COVID-19 no Brasil: um olhar social sobre a pandemia	Trabalhadores que executam atividades laborais presencialmente	Pesquisa Bibliográfica	O desemprego, vínculos precários e informais somados às iniquidades, dificuldade de acesso à saúde e saneamento básico contribuem para a disseminação do novo coronavírus. A pandemia da COVID-19 requer estudos médicos/técnicos/farmacológicos próprios das doenças e estudos socioeconômicos a respeito das sociedades capitalistas.
ARAÚJO; BRANDÃO, 2021 Trabalho e Renda no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil.	Trabalhadores que executam atividades laborais presencialmente	Análise documental	A pandemia impactou negativamente as relações de trabalho, contribuiu para o aumento do desemprego, precarização do trabalho afetando principalmente os trabalhadores informais. É de suma importância políticas públicas de proteção social às classes pobres e garantia de direitos trabalhistas.
SANTANA, 2021 Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia	Trabalhadores que executam atividades laborais presencialmente	Artigo de Opinião	O capitalismo tem acentuado a exploração dos trabalhadores, aumento da informalidade e desemprego, com o advento da pandemia da COVID-19 esse cenário se intensificou impactando com mais força o grupo que vive em condições precárias e de desproteção social.
ALVES <i>et al.</i> , 2021 Um ensaio de antropologia visual sobre o cotidiano de trabalhadores durante a pandemia da COVID-19 em Cascavel – PR	Trabalhadores que executam atividades laborais presencialmente	Fotoetnografia	A Fotoetnografia evidenciou as fragilidades socioeconômicas, no cotidiano dos trabalhadores, onde é notável o risco e a exposição ao adoecimento pelo novo coronavírus, pois os trabalhadores não podem cumprir o distanciamento social devido a necessidade do trabalho para garantir sua sobrevivência.

--	--	--	--

QUADRO 04– Relação dos títulos, ocupações, metodologia e principais achados (continua).

Nome do autor e título do artigo	Ocupações estudadas	Tipo de Estudo	Principais achados
BOMBARDI <i>et al.</i>, 2021 Correspondência espacial entre suinocultura intensiva de COVID-19 nos EUA, Brasil e Alemanha	Funcionários de matadouros de empresas produtoras de carne	Técnicas da cartografia temática	Os trabalhadores nos matadouros das indústrias produtoras de carne suína executam suas atividades em condições degradantes. Países que produzem carne suína apresentam grandes taxas de contágio pelo novo coronavírus, identificou-se uma possível correspondência na distribuição espacial entre as taxas de contágio por COVID-19 no Brasil, Alemanha e EUA. Há a necessidade urgente de monitoramento e investigação in loco por parte da Vigilância Sanitária e empresas produtoras do setor.
GRANADA <i>et al.</i>, 2021 Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul	Trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul	Estratégias de etnografia on-line	As dificuldades de acesso à saúde, discriminação racial, xenofobia, e as vulnerabilidades socioeconómicas são fatores que marcam o contexto do trabalho dos trabalhadores imigrantes. Essa questão requer a implementação de políticas públicas sociais e de saúde
DANTAS, 2021 (Sobre)viver na adversidade: o caso do moto-taxismo durante a pandemia do COVID-19 na cidade de Araraquara-SP (Brasil)	Mototaxista	Pesquisa de campo	As relações trabalhistas dos mototaxistas são marcadas pela precarização, informalidade e subemprego, colocando em evidência a precarização do trabalho e as vulnerabilidades presentes. A pandemia da COVID agravou a situação de vulnerabilidade socioeconómica e sanitária, em um país que não há políticas públicas que auxilie ou assegure esses trabalhadores, contribuindo para o crescimento da desigualdade sistêmica.
RODRIGUES <i>et al.</i>, 2021 O presente o futuro do trabalho precarizado dos trabalhadores por aplicativo	Trabalhadores por aplicativo	Análise documental	As plataformas de serviços de entrega e transporte de passageiros se torna atrativas por aparentar ser uma solução para o desemprego e pela flexibilidade de horários, no entanto, esse método de prestar serviços esconde faces da exploração da força do trabalho, sem a garantia de direitos trabalhistas ou proteção contra doenças como a COVID-19, se faz

			necessário a garantia de proteção social e direitos trabalhistas.
--	--	--	---

QUADRO 04– Relação dos títulos, ocupações, metodologia e principais achados (continua).

Nome do autor e título do artigo	Ocupações estudadas	Tipo de Estudo	Principais achados
VASCONCELOS et al.,2021 Os Trabalhadores das Plataformas de Entregas: essencialidade em tempos de Covid-19 e desproteção legislativa e judicial	Trabalhadores das Plataformas de Entrega	Análise documental	Os trabalhadores de entrega sofrem com o desamparo do estado e das plataformas que prestam serviço, sem a garantia de direitos submetidos a atividades insalubres e risco de adoecimento pela COVID-19.
ARAÚJO; OLIVEIRA, 2021 “Cuida de que tem te cuida” A Luta das Trabalhadoras domésticas durante a pandemia da covid-19 no Brasil	Trabalhadora doméstica remunerada	Análise documental	Grande parte dos trabalhadores domésticos são mulheres negras, o trabalho doméstico evidencia a divisão sexual e racial da ocupação, tendo o colonialismo como um elemento muito presente nas relações trabalhistas. A pandemia acentuou a sobrecarga no trabalho e explorações, há a necessidade de políticas públicas que minimizem as desigualdades, evite a exposição ao SARS-CoV-2 e atividades insalubres na realização dos ofícios.
PIZZINGA, 2021 Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas	Empregadas Domésticas	Análise documental	As trabalhadoras domésticas ocupam a maior parte dos serviços informais, e possuem grandes chances de adoecer por coronavírus devido às suas atividades laborais, vínculo empregatício, condições sanitárias, sociais e habitacionais, entre outros aspectos que demonstram a desigualdade. É essencial que o governo auxilie financeiramente as camadas mais pobres para que possam cumprir o distanciamento físico para evitar a exposição em funções laborais.

SILVEIRA et al., 2021 Distância espacial, distância social: relações entre distintas categorias sociais na sociedade brasileira em tempos de Covid-19	Babás que também atuavam como trabalhadoras domésticas	Análise documental	A cultura de servidão é um ponto presente nas relações trabalhistas das empregadas domésticas, de modo que as desigualdades são aceitas socialmente e reproduzidas no cotidiano, desse modo, as trabalhadoras domésticas aceitam as imposições de seus patrões para não perder seus empregos e não ficar desamparadas financeiramente.
---	--	--------------------	--

QUADRO 04– Relação dos títulos, ocupações, metodologia e principais achados (conclusão).

Nome do autor e título do artigo	Ocupações estudadas	Tipo de Estudo	Principais achados
ROCHA; BIGRUGLIO , 2021 Essenciais ou descartáveis? Trabalhadores(as) em supermercados “descobertos” durante a pandemia de covid-19 no Brasil	Trabalhadores(as) em supermercados	Artigo de Opinião	A fragilidade socioeconômica associada à flexibilização das leis trabalhistas e a falta de políticas que priorizem a saúde, contribui para o adoecimento pela COVID-19. É necessário que o governo fortaleça as políticas sociais e defenda os direitos trabalhistas.
ROCHA et al., 2021 COVID-19 e os catadores de materiais recicláveis: riscos, medos, e angústias de uma profissão esquecida	catadores de materiais recicláveis do lixão de Floriano-PI	Pesquisa de campo	Os trabalhadores de materiais recicláveis que não possuem a proteção do estado, vivem em condições subumanas, e que para garantir a renda ficam expostos a diversas doenças além da COVID-19, é essencial políticas públicas que visem a proteção e o reconhecimento dessa categoria para minimizar o sofrimento, e a exposição a doenças e os tornar como seres dignos e pertencentes a sociedade.
MENDONÇA et al., 2021 Vulnerabilidade do trabalhador Rural Em tempos de Pandemia da Covid-19	Agricultores e Pescadores	Revisão Integrativa	Os Trabalhadores rurais vivem desamparados socioeconomicamente, impossibilitados de praticar o distanciamento social, ficam expostos ao risco de adoecimento por covid-19 em suas atividades laborais. Desse modo, há a necessidade políticas públicas para a assistência da categoria.

PICANÇO, 2021 Sobre o protagonismo dos carregadores em tempos de COVID-19, no contexto da feira do açaí, em Belém (Brasil)	carregadores de açaí	Fotoetnografia	Os carregadores de açaí em Belém vivem uma realidade marcada pela precariedade e fragilidades sociais e econômicas que contribuem para que esses trabalhadores se submetam a condições laborais insalubres, e consequentemente a exposição ao coronavírus, sem o amparo de políticas públicas.
--	----------------------	----------------	--

Fonte: elaborado pela autora

Os métodos dos trabalhos analisados consistiram em Pesquisa Bibliográfica (01), Artigo de Opinião (02), Estudo de Campo (02), Análise Documental (06), Etnografia *On-line*(01), Fotoetnografia (02), Revisão Integrativa (01) e Técnicas de Cartografia Temática (01). Diante disso, é possível inferir que 04 estudos são de fontes primárias e 12 são de fontes secundárias.

Com relação aos achados principais, todos os estudos levantaram pontos em comum no que diz respeito à exploração e precariedade no setor trabalhista como um fator de risco ao adoecimento pela COVID-19, tendo aspectos socioeconômicos como agravantes desse quadro, 12 dos estudos evidenciaram o desamparo do Estado e frisaram a necessidade de políticas públicas no âmbito social, econômico e sanitário para reduzir o impacto causado pela pandemia nos estratos sociais.

As ocupações analisadas foram: empregadas domésticas (03), Carregadores de Açaí (01), Mototaxistas (01), Trabalhadores de Plataformas de Entrega (01), Trabalhadores por Aplicativos de Entrega e Transporte de Passageiros (01), Catadores de Materiais Recicláveis (01), Trabalhadores de Supermercado (01), Agricultores (01), Trabalhadores Imigrantes nos Frigoríficos do Sul (01), Funcionários de Empresas Produtoras de Carne Suína (01); entre os estudos analisados 04 abordaram a temática sem especificar a ocupação.

5.2 Análise das Categorias Analíticas

Após análise dos artigos, identificou-se que a natureza das categorias pré-estabelecidas na Matriz de Extração de Evidências (Quadro 02) se assemelhavam, assim sendo, a categoria “Contexto do trabalho durante a pandemia” foi incluída na categoria “Risco para o trabalhador em função da pandemia”, e as categorias “Perfil dos trabalhadores mais vulneráveis” e “Outras questões” foram integradas na categoria “Relação entre vulnerabilidade social e adoecimento”.

5.2.1 Risco de Adoecimento para o Trabalhador em função da Pandemia

A pandemia evidenciou muitas camadas de vulnerabilidades, as desigualdades começam na divisão entre os trabalhadores que podem seguir as recomendações de distanciamento social e os que não podem seguir por não terem as mesmas condições sociais dos que puderam aderir ao confinamento (ALVES *et al.*, 2021). O governo Bolsonaro demonstrou em seus discursos tratar o quadro pandêmico com negacionismo, suas práticas criaram dúvidas na compreensão da população, prejudicaram o enfrentamento da doença no país, tendo como resultado o número trágico de mortes. As políticas de governo visavam atender apenas os interesses do empresariado e empresas, resultando em um mercado de trabalho marcado pela precarização, desemprego, informalidade, enfraquecimento dos sindicatos e exploração no espaço trabalhista (SANTANA, 2021).

A exposição do trabalhador ao vírus SARS-CoV-2 em serviço presencial inicia-se no percurso do trabalho e nas atividades laborais, tendo diversos fatores de risco de adoecimento ao longo da jornada de trabalho (ALVES *et al.*, 2021). Tem-se por exemplo, os agricultores e pescadores, que vivem em fragilidade socioeconômica e não podem aderir ao isolamento físico, necessitando se expor durante atividades laborais, e no uso diário do transporte público no deslocamento entre o trabalho e a residência. Além disso, a falta de Equipamentos de proteção Individual (EPIs) contribui para a exposição ao vírus Sars Cov-2, resultando no aumento do risco de propagação da doença principalmente em trabalhadores que precisam se deslocar para realizar seu ofício (MENDONÇA *et al.*, 2021).

Em 17 de março de 2020, antes do início oficial da primeira quarentena, uma trabalhadora doméstica foi o primeiro óbito pela COVID-19. Sua patroa havia retornado da Itália, que nesse período era o epicentro da crise. E, esse fato retrata como as desigualdades sistêmicas podem deixar algumas classes mais vulneráveis que outras (ARAÚJO, 2021). O trabalho doméstico é invisibilizado pela sociedade, explicita desigualdades sociais persistentes, ademais, é presente o caráter servil na exploração do trabalho doméstico associado ao colonialismo e às desigualdades presentes na classe, gênero e raça (ARAÚJO;OLIVEIRA, 2021), considerando que os trabalhadores domésticos são majoritariamente mulheres (92%) e negras (63%), a maior parte delas encontra-se na informalidade, apenas 28% possuem carteira assinada, o perfil dessas mulheres é geralmente

mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade e cuidam de famílias de classe média e alta (ARAÚJO, 2021).

Devido da fragilidade socioeconômica, as trabalhadoras domésticas não puderam aderir ao distanciamento social, tiveram o aumento na sobrecarga do trabalho, muitas precisaram ficar em confinamento com as famílias onde trabalhavam, além do risco de contrair a COVI-19 nas casas dos patrões, ficaram suscetíveis a abusos no trabalho. Também, há a subcategoria de empregadas domésticas, as diaristas, que realizam seus serviços informalmente e se deslocam diariamente, pois trabalham em várias casas semanalmente, com baixa remuneração, sem a garantia de seus direitos por não ter registro na carteira de trabalho (SILVEIRA *et al.*, 2021)

Apesar das recomendações do Ministério Público do Trabalho – MPT, por meio da nota técnica onde orientava que os trabalhadores domésticos deveriam ser dispensados do comparecimento do local de trabalho com remuneração a assegurada, em quatro estados brasileiros o trabalho doméstico foi classificado como essencial o que desfavorece o trabalhador e contraria o preconizado pelo MPT (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021).

Nos dias atuais, o Estado não oferece ajuda financeira para que as trabalhadoras domésticas fiquem em casa, cumprindo o distanciamento social. Ademais, nas atividades laborais não são ofertados Equipamentos De Proteção Individual (EPI), aumentando a exposição e consequentemente o risco de contrair a COVID-19. Há a necessidade de políticas públicas que reduzam as desigualdades sistêmicas dos trabalhadores domésticos, os assegurando durante a pandemia, evitando a exposição ao Sars CoV 2 e condições insalubres na realização dos ofícios (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021).

No cenário de desemprego, o trabalho por meio de aplicativos de transporte de passageiros e entregas de produtos e alimentos se tornou atrativo pela falsa ideia de empreendedorismo, de flexibilidade de horários atrelada à remuneração por produtividade. No entanto, essa nova fonte de renda pode ser uma exploração capitalista em uma versão algorítmica pois nesse ofício as empresas determinam as regras de remuneração, controlam e demitem, eximindo-se das relações de vínculo trabalhista. (RODRIGUES *et al.*, 2021).

O Estado deixou a cargo das plataformas digitais a responsabilidade da assistência aos trabalhadores na pandemia, no entanto, os trabalhadores das plataformas de entregas são considerados autônomos e não possuem a garantia dos direitos trabalhistas para que as empresas se responsabilizem em prestar-lhes assistência na pandemia e garantir o uso de

EPIs. Boa parte dos trabalhadores das plataformas de entregas são negros e jovens, e vivem em um quadro de exploração por meio dessas plataformas (VASCONCELOS *et al.*, 2021).

O número de trabalhadores no ramo de entregas e transporte de passageiros por aplicativos aumentou significativamente na pandemia de COVID-19, gerando um cenário competitivo entre os trabalhadores. Aproveitando esse cenário, as empresas criaram estratégias motivacionais, conhecidas como “gamificação”, para compensar o esforço excessivo imposto por essas empresas. No entanto, houve uma redução no rendimento financeiro e pioraram as condições de trabalho, os trabalhadores ficam submetidos a longas jornadas de trabalho, para poder receber o mesmo salário ou menos do que recebiam antes (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Como uma solução para garantir a sobrevivência, é comum que os trabalhadores aceitem condições precárias de trabalho impostas pelos aplicativos, o que na pandemia se configura como fator de risco para o adoecimento por coronavírus, salienta-se que o índice de trabalhadores com algum sintoma relacionado à COVID-19 é maior entre motoristas e entregadores de mercadorias do que em outras ocupações. Para mais, o panorama neoliberal é de total desregulamentação e remuneração indeterminada sobre a atividade laboral (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Outra categoria vulnerável, decorrente das formas de organização do trabalho e negligência do Estado, são os mototaxistas, que vivem em situações de desamparo socioeconômico e desigualdade estrutural, estando expostos aos riscos no trânsito e de adoecimento por COVID-19, sem ter a garantia de se seus direitos, pois grande parte desses trabalhadores são clandestinos, profissionais informais, ou terceirizados. A jornada de trabalho é indeterminada, podendo representar longas horas expostos ao vírus causador da COVID sem proteção adequada. Vale ressaltar que o desemprego estrutural e as formas de exploração na sociedade contemporânea permitem que o indivíduo fique em uma situação desumanizada e cheia de riscos numa realidade de flexibilização do trabalho, precarização, e terceirização em sintonia com a desregulação do trabalho no Brasil (DANTAS, 2021).

A COVID-19 é uma doença potencialmente letal e se propaga rapidamente por contato em superfícies e pessoas infectadas. O Sars-CoV-2 pode sobreviver por dias em objetos, sendo assim, um risco à saúde dos catadores de materiais recicláveis; ademais, chega todo tipo de material nos lixões, podendo conter vírus e bactérias com o potencial de causar diversas doenças além da COVID-19, em todas as atividades em que ocorre o contato direto com o material descartável. A pandemia mudou a rotina desses trabalhadores, pois temem o

adoecimento e temem não conseguir acesso aos serviços de saúde, nessa circunstância, precisam redobrar o cuidado com a higiene para evitar a contaminação por coronavírus, o que demanda mais gastos com água e produtos de limpeza e higiene pessoal. Vale ressaltar que houve a diminuição da renda dos trabalhadores, uma vez que, devido ao fechamento dos estabelecimentos e redução do consumo, diminuiu também a quantidade de materiais descartados para a coleta (ROCHA *et al.*, 2021).

Os catadores de materiais recicláveis são uma comunidade de alto risco, muitos habitam nos próprios lixões, o que aumenta a exposição a doenças e acidentes de trabalho. Esses trabalhadores são atores invisíveis na sociedade moderna, o medo e a angústia se fazem presente no dia-a-dia, dado que a única forma de conseguir recursos para manter a família é o manejo com produtos descartados, em geral tendo contato com todos os objetos que vieram da cidade. A situação em que vivem demonstra um Estado Social negado, não se nota o mínimo de igualdade social que os permita a emancipação como sujeitos sociais, estando mergulhados nas iniquidades, numa realidade indigna, com direitos corrompidos e distantes do amparo do Estado e do que está previsto na Constituição Federal de 1988. É importante ressaltar que a ocupação de catador de materiais recicláveis é tão digna quanto qualquer outra tarefa, mesmo sendo pessoas sem instrução educacional, possuem a preocupação com a própria saúde e zelo com a família, e compreendem que precisam se proteger em termos de manuseio dos produtos descartados no lixão, com o intuito de se prevenir da contaminação pela própria situação de vulnerabilidade (ROCHA *et al.*, 2021).

Países que se caracterizam pela produção de carnes de suínos apresentam maiores taxas de contágio pelo novo coronavírus nas regiões onde estão localizadas as indústrias de produção de suínos. É possível identificar uma correspondência espacial entre COVID-19 em humanos e a indústria de suínos no Brasil, Alemanha e EUA (BOMBARDI *et al.*, 2021). Vale ressaltar que, os funcionários nos matadouros executam suas atividades em condições degradantes, com jornadas de trabalho extensas e ininterruptas em locais aglomerados, baixos salários e falta de pagamento de horas extras (BOMBARDI *et al.*, 2021).

Os frigoríficos são classificados como serviço essencial por se tratar de uma indústria alimentícia, desse modo, a rotina dos trabalhadores não foi alterada pelos decretos do distanciamento social. As condições ambientais podem favorecer o desenvolvimento de focos de Sars-CoV-2, a atmosfera de locais de abate e corte de animais é fria e úmida, o que favorece o surgimento desses focos. Nos ateliês de desossa e corte, a temperatura é frequentemente baixa, o vapor d'água liberado pela respiração dos funcionários leva à

umidificação das máscaras, prejudicando dessa forma a capacidade de filtração (GRANADA *et al.*, 2021).

Os funcionários estrangeiros que trabalham nos frigoríficos são contratados por meio de empresas terceirizadas, e vivem precariamente, em alojamentos coletivos, com grande aglomeração e em habitações de salubridade duvidosa com famílias numerosas, esses pontos atrelados aos meios de deslocamento em transportes coletivo que pode favorecer a disseminação do vírus no interior e no exterior dos frigoríficos. Ademais, a diversidade de línguas e culturas dos trabalhadores imigrantes dificulta a compreensão das medidas de biossegurança sendo mais um fator de risco de contaminação, somado a isso, as incertezas quanto à epidemiologia, diagnóstico, tratamento e prevenção do adoecimento por COVID-19, potencializam a insegura com relação ao contato com indivíduos contaminados (GRANADA *et al.*, 2021).

Além das condições deletérias de serviço, há a hipótese de que os frigoríficos são polos de circulação de mercadorias e de pessoas que não ficavam em isolamento físico, nesse sentido, os riscos de adoecimento por coronavírus se intensificam, demonstrando as fragilidades e vulnerabilidades relacionadas às atividades dos trabalhadores imigrantes. É necessário integrar os trabalhadores dos abatedouros em um programa nacional de testagem do vírus SARS-CoV-2 e reforçar a fiscalização nas condições de trabalho e medidas de prevenção ao novo coronavírus principalmente com relação ao distanciamento físico e condições dos alojamentos coletivos (GRANADA *et al.*, 2021).

Em supermercados, os funcionários não possuem prestígio e reconhecimento social em sua profissão, abdicam de seus direitos para não perder seus empregos, realizam suas atividades em ambientes com pouca ventilação e com constante contato com clientes que não utilizam máscaras. Devido ao pequeno quadro de profissionais, são incentivados a realizar múltiplas atividades, tendo como consequência o aumento da jornada de trabalho e a precarização do trabalho, e maior exposição ao vírus SARS-CoV-2. Os trabalhadores mais expostos são os operadores de caixa, profissionais de limpeza e entrega, estando mais vulneráveis os trabalhadores de pequenos supermercados. Para além disso, a invisibilidade da profissão, aumentou a aceitação da descartabilidade, desumanizando a categoria favorecendo a exploração sem consequências (ROCHA *et al.*, 2021).

Fato semelhante ocorre com os carregadores de açaí que trabalham informalmente transportando o fruto todas as noites na feira do açaí até o amanhecer, em locais aglomerados sem EPIs ou com o uso incorreto das máscaras, esses trabalhadores ficam expostos ao perigo

de contrair a COVID-19, apesar de serem importantes para a manutenção das práticas alimentares de Belém, pois o açaí faz parte dos alimentos principais para o consumo nessa localidade. Esses trabalhadores vivem sem o reconhecimento do seu trabalho, invisibilizados pelo Estado e a sociedade, sem o auxílio de políticas públicas que garantam ao menos uma renda mínima para que consigam sobreviver sem se submeter a longas jornadas de trabalho insalubre todas as noites para obter o seu sustento, tornando esses trabalhadores extremamente vulneráveis ao adoecimento na pandemia de COVID-19 (PICANÇO, 2021).

5.2.2 Relação entre vulnerabilidade social e adoecimento

A pandemia de COVID-19 surgiu no Brasil em um contexto de crise política, social, sanitária e econômica, marcado por intensa desigualdade e desemprego, principalmente pelos jovens (SANTANA, 2021). A falta de empregos ocasiona a redução da renda e coloca as famílias em risco social. São 66 milhões de pessoas pobres e apenas 40% da população possui vínculo empregatício formal (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021).

A pandemia de COVID-19 impactou com mais força o grupo que vive em condições precárias e de desproteção social (SANTANA, 2021), os cidadãos com menor nível escolaridade tendem a ter mais chances de morrer em casos graves que aqueles com maior nível de escolaridade, os negros e pardos são os que mais morrem na pandemia no Brasil. Além da vacinação contra a COVID-19, para prevenir a doença é necessário manter o distanciamento social, e a higiene preventiva (Uso de máscaras, higienização das mãos com água e sabão, ou utilizar álcool 70%). Todavia, é necessário possuir recursos financeiros para adquirir os materiais para higienização preventiva, dispor de tratamento de esgoto e água potável encanada, e, ainda, cumprir o confinamento, mas essa não é a realidade da população vulnerável, pois boa parte precisa se deslocar diariamente para trabalhar e vive em comunidades periurbanas, e aglomerados em pequenas casas com acesso limitado de água potável, e não conseguem custear produtos como álcool 70% e máscaras, pois precisam priorizar a compra de alimentos Diante disso, é nítido que o coronavírus vem atingindo com maior força os trabalhadores pertencentes às classes mais desfavorecidas (LEVIEN; ROSSKOPF *et al.*, 2021).

São considerados extremamente vulneráveis os grupos que se situam em ocupações e vínculos empregatícios mais instáveis, esse padrão de vulnerabilidade converge com as desigualdades da sociedade brasileira, homens e mulheres negras são os que mais possuem

vínculos trabalhistas frágeis, e constituem a maior parcela da informalidade, ademais ao comparar a inserção de homens de mulheres em serviços essenciais é possível observar que há maior inserção dos homens que mulheres, estando o grupo feminino mais presente nas não-essenciais e mais sujeitas a perda do vínculo (PIZZINGA *et al.*, 2021).

O desemprego tanto conjuntural como estrutural se mostra como uma causa econômica para a informalidade, ao perderem o emprego muitos trabalhadores se submetem a ocupações precárias, se adequando às exigências postas pelo mercado. A informalidade pode ser vista como uma solução para o desemprego, e se apresenta como um empreendimento de pequenas e microempresas, rendendo lucros para o capital por economizar custos com a legalização da mão de obra, no entanto, não há garantias de direitos trabalhistas (ARAÚJO., *et al* 2021).

A precarização do trabalho se constitui como base de ideologias e políticas neoliberais que objetivam a exploração da força do trabalho (LEVIEN; ROSSKOPF *et al.*, 2021). Assim sendo, o capital objetiva que o trabalhador produza mais-valia, ou seja, o máximo de trabalho não remunerado em sua produção. É essencial que o Brasil invista em políticas públicas de proteção social para as camadas mais vulneráveis visando a garantia de uma renda mínima e proteção às questões trabalhistas a fim de minimizar iniquidades e riscos de adoecimento (ARAÚJO, *et al* 2021).

A exposição ao vírus em atividades laborais trouxe implicações na saúde, gerou perda de receita e acentuou problemas socioeconômicos (MENDONÇA *et al*, 2021), esse contexto de desproteção social e sanitária apresenta sérias consequências com altos números de óbitos e contaminados por COVID-19, e na questão laboral há indícios de um aumento da precarização da classe trabalhadora. O capitalismo tem colaborado para o aumento da informalidade, manutenção dos índices de desemprego e aumento da flexibilização, além disso, as recomendações sanitárias limitaram o funcionamento das entidades sindicais e o trabalho de lideranças, comprometendo a capacidade de representação. Vale ressaltar que o negacionismo do governo em relação a medidas de controle e enfrentamento da pandemia de COVID-19, e a priorização dos interesses econômicos das empresas colabora para o agravamento dessas vulnerabilidades enfrentadas pelos trabalhadores e o crescimento das fragilidades socioeconômicas e sanitárias (SANTANA, 2021).

A pandemia de COVID-19 aprofundou crises econômicas e políticas já existentes, as orientações político-ideológicas que visam a produção da desigualdade social como um ponto positivo foram radicalizadas com o surgimento da pandemia de COVID-19 por uma gestão

voltada à disseminação do vírus, desrespeito à ciência e suas recomendações, tendo como consequência as mortes por COVID-19 (GRANADA *et al.*, 2021).

O Brasil, ao longo dos anos, por meio de governos de diferentes posicionamentos políticos, vem ampliando políticas neoliberais e aderindo à lógica de capital. E nos últimos anos, a redução dos gastos com a saúde, educação e trabalho causaram impactos negativos ao trabalhador e atualmente vem sendo intensificados com a pandemia da COVID-19. Além disso, as populações vulneráveis enfrentam problemas e barreiras financeiras que dificultam o acesso aos serviços de saúde e meios para prevenir a contaminação pela doença. O Sistema Único de Saúde (SUS) poderia ser uma saída para os trabalhadores, no entanto, não consegue atender todos os usuários e não dispõe de todos os equipamentos e materiais necessários para atuar no enfrentamento à COVID-19 (LEVIEN; ROSSKOPF *et al.*, 2021).

Para que se construa um entendimento da expressão da pandemia de COVID-19 nos estados e regiões, nos diferentes grupos sociais, no Brasil, é importante para a vigilância em saúde, e mais especificamente a vigilância em saúde do trabalhador, compreender quais grupos são mais acometidos, sendo necessário apurar os dados colhidos entre as populações infectadas para definir estratégias assertivamente. Para esta finalidade, é necessário ter dados referentes à ocupação, à raça/cor, ao sexo/gênero, entre outras; no entanto, no Brasil, não há a garantia do preenchimento completo dessas informações, uma vez que alguns campos não são obrigatórios, dificultando a investigação das diferenças de padrões epidemiológicos e seus possíveis determinantes sociais de acordo com a área geográfica. No entanto, ainda que os dados relativos à vulnerabilidade e adoecimento sejam parciais e incipientes, eles evidenciam que a população negra e os indivíduos pertencentes às classes desfavorecidas socioeconomicamente apresentam maiores chances de adoecer por coronavírus e possui uma maior exposição devido às suas atividades laborais, vínculo empregatício, condições sanitárias, sociais e habitacionais, entre outros aspectos que demonstram a desigualdade (PIZZINGA *et al.*, 2021).

5. 3 – DISCUSSÃO

Os estudos evidenciaram pontos em comum de caráter pertinente no que diz respeito à relação das vulnerabilidades socioeconômicas e o adoecimento por COVID-19, desconstruindo a ideia de uma pandemia de COVID-19 democrática onde todos são impactados igualmente entre as classes sociais. Mito alimentado, segundo Marmot e Allen

(2020) pelo fato de os primeiros casos no ocidente surgirem no âmbito das elites europeias e norte-americanas.

A pandemia de COVID-19 atinge de forma diferente os estratos sociais, sendo a classe pobre a mais atingida pelo vírus, devido a diversos fatores, entre eles foram destacados: o estilo de vida precário; dificuldade financeira; condições habitacionais de salubridade duvidosa com pouco espaço, sem saneamento básico; uso constante de transporte público inadequado; vínculos empregatícios frágeis; práticas laborais insalubres e a não oferta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sendo a população negra e parda a que ocupa a maior parcela vínculos precários e que mais falece na pandemia de COVID-19 da COVID-19. Desse modo, as vulnerabilidades e a falta de políticas públicas que minimizem as desigualdades sistêmicas contribuem para a disseminação do novo coronavírus, deixando expostos ao adoecimento e a disseminação da doença aqueles que realizam suas atividades laborais presencialmente (SANTOS *et al.*, 2020; MARMOT; ALLEN, 2020).

A condição não é recente, e Marmot e Allen (2020) apontam para eventos do passado, em que a população mais pobre é sempre a que expressa maior adoecimento e morte:

The argument that we are seeing COVID-19 imposed on pre-existing health inequalities is supported by the ONS figures showing that the gradient, by area deprivation, for all-cause mortality is similar to that for COVID-19 (MARMOT; ALLEN, 2020, p 681).

É importante ressaltar que, a pandemia de COVID-19 gera problemas visivelmente atrelados a precarização do trabalho, ultrapassando o aspecto biológico do processo saúde-doença (SOUZA, 2021). As consequências deletérias da reforma trabalhista de 2017 durante a pandemia de COVID-19, resultou no aumento do desemprego, nesse aspecto, o capitalismo incentivou a permanência da informalização nas relações trabalhistas, tendo por consequência vínculos instáveis e regressão dos direitos do trabalho (AMARAL, 2021; GIOVANELLA, 2020).

Os estudos analisados enfatizaram que os trabalhadores se submetem a ocupações precárias, adequando-se às exigências impostas pelo mercado, muitos trabalhadores realizam suas atividades laborais em ambientes aglomerados sem praticar o distanciamento físico, sem a oferta e o incentivo do uso de máscaras e álcool 70%, submetem-se a extensas jornadas de trabalho, durante a pandemia do novo coronavírus, houve um aumento de 38,2% para 43,3% da jornada de trabalho dos que trabalhavam até oito horas por dia, para aqueles que se ocupavam por mais de nove horas diárias, o acréscimo passou de 54,1% para 56,7%, a elevação da jornada de trabalho não aumentou a remuneração, e como agravante da situação,

a maioria dos trabalhadores tiveram que arcar com o custo dos EPIs, uma vez que as empresas se limitaram a oferecer os equipamentos de proteção contra a COVID-19 (ABÍLIO 2020, apud SOUZA., et al 2021), desse modo, os funcionários ficam totalmente expostos ao adoecimento em suas práticas laborais.

Os negros historicamente constituem majoritariamente os vínculos mais precários, vivem em condições de extrema pobreza e insegurança alimentar, habitam em locais aglomerados sem abastecimento de água e/ ou esgotamento sanitário (SANTOS et al, 2020) Nesse sentido, a população negra está mais suscetível a adoecimentos, principalmente como (a COVID-19. Observa-se que há maior número de casos e óbitos de acordo com a etnia (MARMOT; ALLEN, 2020, MACGRAIL; MORGAN; SIDDIQI 2022). No Brasil, há evidências de maior taxa de óbitos entre negros e população com menor renda (GIOVANELLA, 2020)

Os estudos levantaram a necessidade de políticas públicas que garantam os direitos trabalhistas, realização de testagem para COVID-19 e fiscalização dos locais onde são realizados os serviços considerados essenciais conforme o decreto N° 10.282, de 20 de março de 2020, e a garantia de uma renda mínima para que os trabalhadores vulneráveis socioeconomicamente fiquem em suas casas cumprindo o isolamento físico, evitando a exposição desses trabalhadores ao adoecimento em atividades laborais, e a disseminação do vírus SARS-CoV-2, dessa forma, esse cenário poderia ser minimizado, porém, as medidas adotadas pelo Governo demonstraram a escolha da proteção do mercado e dos negócios (SANTOS et al, 2020).

Para Breilh (2020), a grande questão é que a pandemia de COVID-19 alcançou o mundo em meio a diversas crises advindas da profunda matriz de desigualdade, ou iniquidade no contexto do “agressivo capitalismo da quarta revolução industrial” (p.12).

Dentre estas crises está a crise política, que se revela no fortalecimento de grupos negacionistas, e mesmo fascistas, em vários países, e que se expressa no Brasil, por um governo nacional que não apenas recusa o desenvolvimento de políticas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 como também sonega informações e, em contexto pandêmico, promove a desconstrução de políticas de proteção social, ambiental e econômica, tornando a população brasileira ainda mais vulnerável (GIOVANELLA, 2020).

Além disso, a subnotificação em relação a notificação de casos positivos no Brasil entre os grupos de trabalhadores apresentam subnotificação expressiva, em casos hospitalizados na ficha de SRAG o campo ocupação existe, mas, não há garantia de

preenchimento gerando a invisibilidade das ocupações mais acometidas, limitando a vigilância em saúde do trabalhador e inviabilização a análise dos riscos entre categorias profissionais, podendo comprometer estratégias de enfrentamento e demarcar iniquidades em saúde (SANTOS et al, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos analisados, as principais vulnerabilidades dos trabalhadores na pandemia da COVID-19 estão atreladas as fragilidades socioeconômicas, devido à situação de desproteção social, limitação ao acesso aos serviços de saúde, péssimas condições de vida, desemprego e informalidade. A chegada da pandemia de COVID-19 no Brasil atuou como um catalisador das fragilidades pré-existentes, que se expressaram nos números de casos positivos e óbitos pela COVID-19.

Por outro lado, os trabalhadores que para executar suas atividades necessitam se deslocar utilizando transporte público estão mais suscetíveis a se contaminar, tendo em vista que, realizam seus afazeres em ambientes deletérios, com pouca ou sem nenhuma fiscalização.

Portanto, é indispensável a efetivação de políticas públicas que reduzam as desigualdades sistêmicas, garantam assistência social, proteção à saúde e dos direitos trabalhistas; incentivando a formalização das relações empregatícias, principalmente dos trabalhadores cujos serviços estão incluídos na lista de serviços considerados essenciais conforme o decreto N° 10.282, de 20 de março de 2020, e a garantia de auxílio financeiro para os trabalhadores que executam atividades que não são consideradas essenciais, com o objetivo de evitar a contaminação e a disseminação do vírus SARS-CoV-2.

Para mais, é essencial ações de fiscalização e monitoramento do vírus causador do novo coronavírus no ambiente laborativo, com a finalidade de reduzir os riscos de contaminação e disseminação da doença. E, para que as ações da vigilância em saúde do trabalhador sejam mais eficazes na criação de estratégias de proteção aos trabalhadores é fundamental que haja uma melhor completude no preenchimento das variáveis raça/cor, sexo/gênero e principalmente ocupação.

É relevante que estudos com relação a esta temática sejam ampliados para identificar e auxiliar a criação de medidas assertivas frente às dificuldades preexistentes, e novos

desafios provenientes da pandemia da COVID-19 e de outras pandemias que possam vir a surgir estando relacionados às vulnerabilidades dos trabalhadores no Brasil.

Como limitação do estudo é importante lembrar que, no período da pandemia de COVID-19, as regras de publicação foram flexibilizadas, para garantir rapidez na disponibilidade de novas informações e análises. Isso gerou uma certa instabilidade das bases de periódicos, o que fez com que fossem encontrados diferentes quantitativos de artigos para o mesmo levantamento em diferentes momentos. Por isso, a necessidade em fixar no dia 09.03.2022 o levantamento que gerou o banco de artigos deste estudo.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Fabio Lopes; ABREU, Claudia Barcelos de Moura; SCHROEDER, Tania Maria Rechia; SOLIGO, Valdecir; CARVALHO, Marco Antonio Batista; ESTRADA, Adrian Alvarez; CASTRO, Carlos Eduardo de. Um ensaio de antropologia visual sobre o cotidiano de trabalhadores durante a pandemia da COVID-19 em Cascavel – PR. **Research, Society And Development**, Sao Paulo, v. 10, n. 6, p. 01-19, 29 maio 2021. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15782>. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/15782>. Acesso em: 05 abr. 2022.

AMARAL, Ângela Santana do. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da covid-19. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 57-69, 16 jun. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2021.60291>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60291>. Acesso em: 28 abr. 2022

ARAUJO, Veronica Souza de; OLIVEIRA, Rachel Barros de. “CUIDA DE QUEM TE CUIDA” A LUTA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 126-151, 27 fev. 2021. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/tn.v19i38.48187>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/48187>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ARAÚJO, Iara Soares de; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. TRABALHO E RENDA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. **Revista Prâksis**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 18, p. 96-111, 3 maio 2021. Associacao Pro-Ensino Superior em Novo Hamburgo. <http://dx.doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2545>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2545>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BOMBARDI, Larissa; FIEBRIG, Immo; NEPOMUCENO, Pablo Luiz Maia. Correspondência espacial entre a suinocultura intensiva e a incidência de COVID-19 nos EUA, Brasil e Alemanha. **Confins**, [S.L.], n. 52, p. 01-13, 12 nov. 2021. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.40597>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/40597>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a doença: o que é COVID-19. Brasília. 2021. [Coronavírus, sobre a doença]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a doença: Sintomas. Brasília. 2021. [Coronavírus, sobre a doença]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/sintomas>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. CASA CIVIL. Serviços essenciais: decreto presidencial inclui mais atividades à lista do que não podem parar durante a pandemia. BRASILIA, 2020. Disponível

em:<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/servicos-essenciais-decreto-presidencial-inclui-mais-atividades-a-lista-do-que-nao-podem-parar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 9 nov. 2021.

BRASIL, Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **DECRETO N° 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020.** 2020. BRASÍLIA. 2020 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (org.). **COVID-19: falta de EPIs para trabalhadores e trabalhadoras essenciais preocupa CNS.** 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1205-COVID-19-falta-de-epis-para-trabalhadores-e-trabalhadoras-essenciais-preocupa-cns>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **RESOLUÇÃO N° 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016.** BRASÍLIA. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BREIHL Jaime. COVID-19: Determinación social de la catástrofe, el eterno presente de las políticas y la oportunidad de repensarnos. Artículo basado en un capítulo del libro Posnormales. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia. La Plata: **Editorial ASPO**, 2020. Disponible em:
<https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/7396/1/03-EN-Breilh.pdf>

CALMON, Tricia Viviane Lima. As condições objetivas para o enfrentamento a COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **Nau Social**, Bahia, v. 11, n. 20, p. 131-136, maio. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36543/21038>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CASARIN, Sidnéia Tessmer; PORTO, Adrize Rutz; GABATZ, Ruth Irmgard Bartschi; BONOW, Clarice Alves; RIBEIRO, Juliane Portella; MOTA, Marina Soares. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do journal of nursing and health / types of literature review. **Journal Of Nursing And Health**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 5, p. 1-7, 30 out. 2020. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/jonah.v10i5.19924>. Acesso em: 28 abr. 2022

CASTRO, Hermano Albuquerque de; SIQUEIRA, Carlos Eduardo; PÉRISSÉ, André Reynaldo Santos. The challenges of the lack of occupational data and the absence of information about COVID-19 in workers in Brazil. The Lancet Regional Health - Americas, Volume 11, 100245, 2022. ISSN 2667-193X, <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100245>. Acesso em: 29 abr. 2022

DANTAS, Luis Phellipe de Souza Thomaz. (Sobre)viver na adversidade: o caso do moto-taxismo durante a pandemia do COVID-19 na cidade de Araraquara-SP (Brasil). **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo**, Argentina, v. 5, n. 11, p. 01-24, maio 2021. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/lat/article/view/849>. Acesso em: 30 mar. 2022.

- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.
- GALVÃO, Andréia; CASTRO, Barbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. REFORMA TRABALHISTA: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno Crh**, Salvador, v. 86, n. 32, p. 253-270, 10 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/30691>. Acesso em: 10 nov. 2021
- GIOVANELLA, Ligia et al. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro. v. 44, n. 126, 2020.[Acessado 29 Abril 2022] , pp. 895-901. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202012623>>. Epub 16 Nov 2020. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012623>
- GRANADA, Daniel; GRISOTTI, Marcia; DETONI, Priscila Pavan; CAZAROTTO, Rosmari; OLIVEIRA, Maria Conceição de. Saúde e migrações: a pandemia de COVID-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 59, p. 207-226, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832021000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Lv3TMXdjKq7Nsd3XyyYMLqJ/>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- LEVIEN, Sandra; ROSSKOPF, Davi Henrique. COVID-19 no Brasil. **Revista Thema**, Pelotas-RS, v. 20, (Edição Especial) p. 1-16, 15 jun. 2021. Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. <http://dx.doi.org/10.15536/thema.v20.especial.2021.1-16.1811>. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1811>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- MARMOT, Michael; ALLEN, Jéssica. COVID-19: exposing and amplifying inequalities. **J Epidemiol Community Health**. 2020 Sep;74(9):681-682. doi: 10.1136/jech-2020-214720. Epub 2020 Jul 15. PMID: 32669357; PMCID: PMC7577092. Acesso em: 29 abr. 2022
- MENDONÇA, Katiane da Silva; TORRES, Barbara Vitória dos Santos; OLIVEIRA, Juliana Barbosa Valdevino de; GUSMÃO, Beatriz Rodrigues; NASCIMENTO, Roberta Zaninelli do. Vulnerabilidade do trabalhador rural em tempos de pandemia da COVID-19. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Pernambuco, v. 15, n. 2, p. 01-16, 30 jul. 2021. Revista de Enfermagem, UFPE Online. <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963.2021.247169>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/247169>. Acesso em: 14 mar. 2022
- MCKENZIE, Kwame. Socio-demographic data collection and equity in covid-19 in Toronto. **EClinicalMedicine**, Amsterdã, 34, p.100812, april 01, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2021.100812>. Acesso em: 29 abr. 2022
- MCGRAIL, Kimberlyn; MORGAN, Jeffrey; SIDDIQI, Arjumand. Looking back and moving forward: Addressing health inequities after COVID-19. **The Lancet Regional Health - Americas**, Amsterdã, Volume 9, 2022, 100232, ISSN 2667-193X, <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100232>. Acesso em: 29 abr. 2022

NOGUEIRA, José Vagner Delmiro; SILVA, Carolina Maria da. CONHECENDO A ORIGEM DO SARS-COV-2 (COVID 19). **Revista Saúde e Meio Ambiente**, Três Lagoas, v. 2, n. 11, p. 115-124, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/10321>. Acesso em: 19 out. 2021

PIZZINGA, Vivian Heringer. Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, n. 25, p. 01-09, 12 mar. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000025020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsa/a/8GBS7nSVTGR3NyGcnMSsC6v/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

PICANÇO, Miguel de Nazaré Brito. Sobre o protagonismo dos carregadores em tempos de COVID-19, no contexto da feira do açaí, em Belém (Brasil). **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo**, Argentina, v. 5, n. 11, p. 01-24, mai. 2021. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/lat/article/view/929>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PERNAMBUKO, Informe Epidemiológico Nº 121/2022. 2022. **CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. MAIO**. 2022. Disponível em: https://www.cievspe.com/_files/ugd/3293a8_b87b7179e87a48bd811bfd1f09ee6f94.pdf. Acesso em: 01 maio 2022

ROCHA, Patrícia Lemos; BRIGUGLIO, Bianca. Essenciais ou descartáveis? Trabalhadores em supermercados “descobertos” durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, v. 20, n. 48, p. 101-122, 31 dez. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2021.79536>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/79536>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RODRIGUES, Nara Letícia Pedroso Ramos; MOREIRA, Amanda Sorce; LUCCA, Sergio Roberto de. O presente e o futuro do trabalho precarizado dos trabalhadores por aplicativo. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 37, n. 11, p. 01-13, 11 abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00246620>. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2021001105019&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 11 abr. 2022.

ROCHA, Isabella Cristina Sousa; COSTA, Israel Sousa; FERREIRA, Vitória Talita de Oliveira; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho; MIRANDA, Érica Vitória da Costa. COVID-19 e os catadores de materiais recicláveis: riscos, medos e angústias de uma profissão esquecida. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Santa Catarina, v. 18, n. 40, p. 17-35, 16 dez. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2021.e80981>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/80981>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SAÚDE, Bvs Aps Atenção Primária À. Quais são os grupos de risco para agravamento da COVID-19? São Paulo, 2020. Disponível em: <https://aps-repo.bvs.br/aps/quais-sao-os-grupos-de-risco-para-agravamento-da-covid-19/>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; ALMEIDA, Milena Maria Cordeiro de; GOMES, Mônica Angelim; FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; MIRANDA, Samilly Silva; MISE, Yukari. **Saúde do trabalhador na pandemia de COVID-19: riscos e vulnerabilidades.** Bahia: Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, 2020. 24 p. Disponível em:
<https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/06/Relatorio-Saude-do-Trabalhador.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; ALMEIDA, Milena Maria Cordeiro de; MIRANDA, Samilly Silva; MISE, Yukari Figueroa; LIMA, Monica Angelim Gomes de. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, p. 01-14, 2020. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00178320>. Disponível em:
<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1260/trabalho-saude-e-vulnerabilidade-na-pandemia-de-COVID-19>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 70-91, 16 jun. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2021.60293>. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60293>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; NERY, Joilda Silva; GOES, Emanuelle Freitas; SILVA, Alexandre da; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; BATISTA, Luís Eduardo; ARAÚJO, Edna Maria de. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJFbY9LFH3WMQHv/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVEIRA, Liane Maria Braga da; NAJAR, Alberto Lopes. Distância espacial, distância social: relações entre distintas categorias sociais na sociedade brasileira em tempos de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 4655-4664, out. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212610.11042021>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/sxhkRDxyC53K8v65Q4yzCZS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? how to do it?. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 01-15, jan. 2021.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7rJ6TkW8Cs88QkbNwHfdkxb>. Acesso em: 28 abr. 2022

THE LANCET PUBLIC HEALTH. Editorial: COVID-19 pandemic: what's next for public health? **The Lancet Public Health**, Vol 7, p. e391, May, 2022. Disponível em: www.thelancet.com/public-health. Acesso em: 29 abr. 2022

VASCONCELOS, Jonnás Esmeraldo Marques de; MELLO, Lawrence Estivalet de; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Os Trabalhadores das Plataformas de Entregas: essencialidade em tempos de COVID-19 e desproteção legislativa e judicial. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 2044-2074, jul. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2021/61285>. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662021000302044&script=sci_arttext. Acesso em: 17 abr. 2022.